

## **Sistematização do GT Capoeira, profissionalização, organização social e internacionalização**

### **Introdução:**

O Grupo de Trabalho ‘Capoeira, Profissionalização, Organização Social e Internacionalização’ se reuniu nos dias 9 e 10 de setembro, no Encontro Pró-Capoeira da Região Nordeste, realizado em Recife, Pernambuco. O GT contou com uma média de 46 participantes em cada dia. Também estiveram presentes, uma representante do Ministério das Relações Exteriores - convidada para esclarecer dúvidas quanto ao ponto internacionalização, um membro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e de consultores contratados pelo Grupo de Trabalho Pró-Capoeira- GTPC para contribuir com a dinâmica dos encontros.

Os grupos de trabalho foram organizados a partir de eixos temáticos, com o objetivo de fomentar debates, reflexões e formulação de um diagnóstico das demandas do campo e de possíveis propostas de ação para a implementação do Pró-Capoeira, considerando a amplitude das interfaces da capoeira com a sociedade.

As proposições sistematizadas neste documento são resultado dos debates realizados pelos participantes do GT e consensualmente acordadas entre os presentes. Neste GT foram realizadas discussões ampliadas sobre questões como apoio institucional e facilitação burocrática na internacionalização da capoeira, disponibilização de assessoria jurídica e contábil para organização social do campo e necessidade de articulação política entre as esferas de governo para apoiar e fomentar o campo da capoeira.

ÁREAS TEMÁTICAS	SITUAÇÃO PROBLEMA	SOLUÇÕES SUGERIDAS
<b>INTERNACIONALIZAÇÃO</b>	O não reconhecimento internacional dos mestres de capoeira;	Reconhecimento dos trabalhos dos mestres mais antigos, que internacionalizaram a capoeira, mesmo enfrentando grandes dificuldades de domínio da língua e diferenças culturais;
	As dificuldades enfrentadas pelos capoeiristas residentes fora do Brasil para ter acesso e participar de editais da capoeira;	Estender aos capoeiristas residentes no exterior o direito de participar dos editais públicos e que os editais da capoeira sejam disponibilizados no site do Pró-Capoeira;
	As dificuldades enfrentadas pelos capoeiristas residentes fora do Brasil para tomar conhecimento de eventos de capoeira realizados no Brasil e no exterior;	Divulgação, pelas embaixadas e representações diplomáticas do Brasil de eventos de capoeira realizados no Brasil e no exterior;
	Os capoeiristas residentes fora do Brasil sentem que manifestações culturais populares brasileiras, especialmente a capoeira, não são priorizadas pelas embaixadas em suas apresentações culturais;	Prioridade, pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Cultura, Embaixadas e representações diplomáticas do Brasil pela inclusão de manifestações culturais populares brasileiras, especialmente a capoeira, nos eventos realizados no exterior;
	As dificuldades enfrentadas pelos capoeiristas para obtenção de informações, pedidos de auxílios e de divulgação de suas atividades junto ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Cultura;	Destinação de uma pessoa no Ministério das Relações Exteriores e no Ministério da Cultura a quem os capoeiristas possam se dirigir para obtenção de informações, pedidos de auxílios e de divulgação de suas atividades;
	A demora na obtenção de respostas aos pedidos de apoio e participação em editais e programas;	Agilidade no atendimento e no retorno de pedidos de apoio e participação em editais e programas dos capoeiras;
<b>INTERNACIONALIZAÇÃO</b>	A ausência de retorno, por parte órgãos públicos, aos pedidos dos capoeiristas;	Equivalência no apoio dos órgãos públicos, retribuindo o mesmo atendimento dado pelos mestres a estas instituições, uma vez que prontamente comparecem sempre que são convidados a desenvolver qualquer atividade;
	A dificuldade na obtenção de apoio por causa da falta	Estabelecimento de diálogo entre o Ministério dos

	de comunicação entre os Ministérios;	Esportes e o Ministério da Cultura, a fim de um saiba dos programas do outro e seja possível evitar problemas, como por exemplo: uma Secretaria de Esporte negar apoio à capoeira por se tratar de uma manifestação cultural e vice-versa;
	As dificuldades enfrentadas pelos capoeiristas para conseguir entrar em outros países para representar a cultura popular brasileira;	Criação de uma ‘Carta de Recomendação’ (diretamente na língua do país de destino ou em inglês) redigida pelo Ministério das Relações Exteriores e/ou Ministério da Cultura para os capoeiristas que vão divulgar a capoeira em outros países. A Carta de Recomendação pode conter breve descrição da capoeira, bem como as indicações de seu reconhecimento como Patrimônio Imaterial do Brasil;
	As dificuldades enfrentadas pelos capoeiristas que chegam a outros países com questões referentes à língua;	Estabelecimento de convênios com as Universidades Públicas do Brasil, para o oferecimento de cursos de línguas (inicialmente inglês e espanhol) para os capoeiristas, a partir de políticas de extensão universitária, seguidos de programas do Ministério da Cultura que ofereçam tais cursos;
	Os preços exorbitantes das passagens aéreas;	Estabelecimento de convênios com o Ministério do Turismo e/ou companhias aéreas para obtenção de tarifas mais baixas;
	A falta de conhecimento a respeito de questões de ordem legal atrapalha muito o andamento das discussões nos GTs;	Levar, para os próximos encontros, respostas às dúvidas referentes a questões de ordem legal, para que os mestres de outras regiões já possam partir destes conhecimentos em suas discussões;
<b>PROFISSIONALIZAÇÃO</b>	As dificuldades enfrentadas pelos capoeiristas para indicarem uma posição no que se refere à profissionalização e à regulamentação da profissão de capoeira;	É necessário maior conhecimento do processo de regulamentação da profissão de capoeira antes de decidirem pela profissionalização;

	Os capoeiristas desconhecem os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional referentes à regulamentação da profissão;	Importância de se publicar no site do Pró-capoeira o conteúdo de todos os projetos de lei que tramitam no congresso referente à regulamentação da profissão;
	Os capoeiristas desconhecem também o conteúdo dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional referentes à regulamentação da profissão;	Publicação, no site do Pró-capoeira, de esclarecimentos a respeito destes projetos de lei e também que sejam publicados os contatos dos parlamentares responsáveis pela autoria de cada projeto; mais ainda, que se disponha uma assessoria jurídica para esclarecer as dúvidas que restarem sobre cada projeto;
<b>ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b>	As dificuldades enfrentadas pelos capoeiristas que não possuem empresas formalizadas para participar de editais e outras formas de obtenção de recursos públicos;	Importância de pautar que editais e outras formas de obtenção de recursos públicos não sejam destinados exclusivamente a pessoas jurídicas, mas que também sejam abertos a pessoas físicas, uma vez que existem muitos grupos de capoeira sem condições de se institucionalizar como pessoa jurídica. Ainda assim, os capoeiristas reconhecem a importância da formalização dos grupos e para tanto pedem que o governo inicie um processo de apoio aos grupos para que possam obter tal formalização jurídica;
<b>ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b>	As dificuldades enfrentadas pelos capoeiristas nos processos que envolvem prestação de contas ou qualquer outra forma de serviço de contabilidade;	Necessidade de disponibilização de assessoria jurídica e contábil, assim como de serviços públicos e gratuitos para atingir esta finalidade, incluindo a disponibilização de contadores do governo para auxiliar na prestação de contas dos seus respectivos projetos;
	As dificuldades enfrentadas pelos capoeiristas para pagar serviços de contabilidade;	Necessidade de prestação de serviços de assessoria jurídica, sob a forma de balcões de serviço;
	A liberação de parcelas seguintes de verbas públicas sem a devida análise da prestação de contas, referente à parcela anterior, fornecida pelos capoeiristas;	A análise da prestação de contas dos pontos de cultura do qual fazem parte deveria ser concluída antes da entrega de novas parcelas de recursos;

	Dificuldades enfrentadas pelos capoeiristas em termos de assessoria jurídica e o não respeito à diversidade e à autonomia dos grupos de capoeira;	A assessoria jurídica deve oferecer apoio aos capoeiristas em todos os pontos e garantir a liberdade dos capoeiristas e respeito à autonomia e diversidade dos grupos;
	O custo exorbitante dos serviços de contabilidade e o difícil diálogo com as pessoas responsáveis pela prestação de contas junto ao Ministério da Cultura ;	Necessidade de assessoria e serviços de contabilidade gratuita para os grupos e facilitação da comunicação com o Ministério da Cultura;
	Dificuldades enfrentadas pelos capoeiristas na esfera municipal para conseguir apoio;	Comunicação entre o Ministério da Cultura e as prefeituras e secretarias municipais para que as políticas de fomento para a capoeira cheguem à esfera municipal e para que as prefeituras possam apoiar os programas de salvaguarda e fomento;
<b>ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b>	A não participação dos capoeiristas na criação de editais públicos;	Participação dos capoeiristas na construção dos editais públicos para que sejam de fato coletivamente construídos e representativos do campo da capoeira;
	A falta de conhecimento a respeito das implicações e consequências referentes à candidatura do ofício do mestre e da roda de capoeira como patrimônio da humanidade nas listas da UNESCO e a forma como foi passado o abaixo-assinado com este fim;	Os capoeiristas declaram que não concordam em assinar o abaixo assinado referente à candidatura do ofício do mestre e da roda de capoeira como patrimônio da humanidade nas listas da UNESCO, sem que haja uma profunda discussão a respeito deste ponto e um esclarecimento a respeito de suas implicações e consequências.

